

Plano de Lula defende Real e não muda câmbio

Programa a ser lançado na segunda-feira incorpora teses até agora exploradas só por FHC

WILSON TOSTA

RIO – A plataforma que o candidato da frente das esquerdas à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), lançará na segunda-feira não vai propor nenhum tipo de mudança na política cambial atual e defenderá uma bandeira até agora empunhada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso: a da estabilidade do real. As proposições fazem parte do esboço ainda incompleto da carta-programa de Lula.

A primeira versão da carta-programa foi entregue na segunda-feira aos coordenadores-gerais da coligação pelos representantes do PT, do PDT, do PSB, do PCB e do PC do B que estão encarregados de elaborar o anteprojeto de programa de governo do candidato petista. No documento – que ainda depende da aprovação dos partidos para se tornar oficial –, a frente das esquerdas defende a “refundação da estabilidade da moeda”, com base na solidez da economia.

Petistas, pedetistas, socialistas e comunistas também fazem a defesa da redução da taxa de juros para “níveis internacionais”, o controle de importações, o apoio às pequenas e às médias empresas e o amparo à empresa nacional – medidas necessárias, na avaliação deles, para combater o desemprego. O desenvolvimento é apresentado no texto como indissociável da criação de vagas no mercado de trabalho. No item privatização, as esquerdas limitam-se a propor auditorias nos processos de venda de estatais já realizados, para verificar se houve irregularidades e permitir uma decisão posterior.

O anteprojeto de programa das esquerdas começa com uma apresentação da coligação, seguida de uma avaliação pessimista da conjuntura econômica e política do País. De acordo com o texto, o povo está “inquieto, intranquilo, inseguro”. O documento acrescenta que o Brasil está em “crescente dependência externa”, com o aumento do desemprego, por responsabilidade do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A partir daí, sob o título “Novo Governo, Novos Rumos”, a coligação enumera suas propostas – cujo resumo, depois de concluído, não ocupará mais do que seis páginas.

Proposições – O documento, que deverá ser lido publicamente pelo próprio Lula em Brasília, na semana que vem, apresentará a defesa de ações de emergência no campo social, como um amplo programa de combate à fome e de assistência às vítimas da seca no Nordeste. A proposição de investir na criação de empregos estará ligada a outras, como as de reforma agrária e política



Sérgio Castro/AE-23/3/98

Lula: candidato lerá documento publicamente, em Brasília, semana que vem

agrícola – apresentada como necessária para evitar o êxodo rural –, e a de um amplo programa de alfabetização de adultos, que também criaria postos de trabalho no setor de educação.

No item “Escola para Todos”, os integrantes dos partidos de esquerda defenderão a adoção do ensino em tempo integral. A proposta da frente inspira-se nos Centros Integrados de Educação Pública (Cieps), criação do presidente do PDT, o ex-governador Leonel Brizola, que é vice de Lula na chapa.

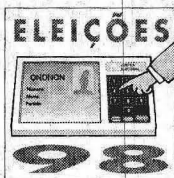
No ponto relativo à saúde, a aliança das esquerdas propõe a reconstrução do setor público de assistência e um amplo programa de prevenção. O programa in-

clui a utilização de médicos de família e de agentes de saúde, à semelhança do que existe em Cuba.

A frente também vai propor, em sua plataforma de governo, uma reforma do Judiciário. O objetivo é tornar a Justiça mais ágil e criar a figura do juiz de instrução, que acompanha os processos criminais desde a investigação.

Em aberto – Uma última reunião do grupo que elabora o programa de governo de Lula vai fechar, hoje ou amanhã, as propostas para pontos ainda em aberto, como meio ambiente, cultura e urbanização. Os partidos constituíram mais de dez grupos temáticos para preparar, até, no máximo, o início de agosto, um programa de governo mais aprofundado, que será distribuído a entidades da sociedade civil.

A idéia de fazer uma plataforma inicial sucinta foi inspirada na tática usada pelo Partido Socialista na França para eleger o primeiro-ministro, Lionel Jospin. A carta-programa baseou-se, em muitos pontos, no documento “Propostas para um Programa de Governo – o Brasil para os Brasileiros”, feito pelos partidos de esquerda em 1997.



AÇÕES DE
EMERGÊNCIA
NO CAMPO
SOCIAL